

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS DOCUMENTOS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

NUTRITION EDUCATION IN EDUCATIONAL GUIDELINES FOR BASIC EDUCATION

Andreia de Freitas Zompero¹ [andzomp@yahoo.com.br]
Rosimeire Midori Suzuki Rosa Lima² [rosi_lima9@yahoo.com.br]
Carlos Eduardo Laburú³ [laburu@uel.br]
Fernanda Frasson⁴ [ferfrasson@hotmail.com]

¹*Unopar, docente do curso de Ciências Biológicas e Mestrado em Ensino Linguagens e tecnologias*

²*Unopar, docente do curso de Gestão Hospitalar e Gestão Ambiental. Arquiteta da Diretoria de Vigilância em Saúde, da Autarquia Municipal de Saúde*

³*UEL, Professor Associado do Departamento de Física*

⁴*UEL, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Bolsista CAPES*

RESUMO

Neste estudo, tivemos por objetivo analisar os documentos de ensino referentes às orientações propostas para o trabalho com o tema Alimentação e Nutrição na Educação Básica. Para tanto, foram analisados o Referencial Curricular para a Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais para os 1º e 2º ciclos, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais para os 3º e 4º ciclos, os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Meio Ambiente e Saúde – Tema Transversal Saúde – as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio concernentes às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Os documentos apontam a necessidade de que a Educação Alimentar e Nutricional seja iniciada com alunos ainda na Educação Infantil, claramente enfatizando os aspectos referentes à aprendizagem não somente dos conceitos, mas também de procedimentos e atitudes referentes ao tema. Apontam, também, que os temas alimentação e nutrição devem ser abordados por meio de atividades que possibilitem aos alunos a resolução de situações-problema reais, promovendo, assim, a reflexão e a conscientização dos estudantes frente às questões que envolvem a alimentação. Este estudo abre portas a futuras pesquisas que visem à investigação da implementação da Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar, tendo em vista que Saúde é um tema transversal e deve ser abordado de maneira transdisciplinar no currículo da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: educação alimentar; diretrizes curriculares; documentos educacionais.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the educational documents regarding the proposed guidelines for working with Food and Nutrition in Basic Education. For this purpose, the Early Childhood Education Curriculum Framework, the National Curriculum Parameters of Natural Sciences for the 1st and 2nd cycles, the National Curriculum Parameters of Natural Sciences for the 3rd and 4th cycles, the National Curriculum Parameters concerning Environment and Health – Cross-Curricular theme Health – and the National Curriculum Guidelines for Senior High School Education concerning Natural Sciences, Mathematics and their Technologies have been analyzed. The documents indicate the need for Nutrition Education to be conducted with students still in Early Childhood Education classes, emphasizing the aspects related to learning processes, not only concepts, but also the procedures and attitudes on the topic. These documents also stress the necessity for food and nutrition issues to be addressed by means of activities that enable students to solve real-life problem situations, promoting, thereby, students' reflection and awareness in view of issues that involve food. This study may be seen as a starting point for future research aimed at investigating the implementation of Food and Nutrition Education in school environment; given that health is a cross-cutting issue that should be addressed in a transdisciplinary way in Basic Education curriculum.

KEYWORDS: nutrition education; curriculum guidelines; educational documents.

INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados com a saúde de crianças e adolescentes têm sido apontados em diversos estudos na atualidade. Dentre as pesquisas destacam-se as que investigam o impacto das escolhas alimentares na saúde das crianças e dos adolescentes, como o aumento nos diagnósticos de obesidade, diabetes, hipertensão, alergias, distúrbios do sono, do crescimento e do desenvolvimento cognitivo, entre outros, que mostram serem esses problemas relevantes de saúde pública na sociedade contemporânea.

De acordo com Oliveira e Fisberg (2003), diversos fatores contribuem para o aumento de doenças como obesidade, diabetes, dislipidemias, hipertensão. Entre esses fatores podemos citar a genética dos sujeitos e o metabolismo de cada um, mas, conforme as autoras, o fator que pode estar mais diretamente relacionado para contribuir com o aumento no número de crianças e adolescentes com tais problemas são os hábitos alimentares. O crescente aumento do número de indivíduos obesos, diabéticos, hipertensos, etc. parece estar mais relacionado às mudanças no estilo de vida e aos hábitos alimentares, neste caso aumento no consumo de alimentos ricos em açúcares simples e gorduras, com alto valor energético, e a diminuição da prática de exercícios físicos.

As autoras apontam, ainda, algumas medidas de intervenção para ajudar a combater tais problemas e propõem a educação e as práticas pedagógicas como importantes aliadas para auxiliar neste processo (Oliveira e Fisberg, 2003).

No que se refere às questões educacionais, o Referencial Curricular para Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais (1º e 2º Ciclos; 3º e 4º Ciclos; e, Meio Ambiente e saúde – Tema Transversal Saúde) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica apresentam orientações direcionadas ao trabalho com temas relativos à saúde, incluindo a alimentação. Conforme salienta o Referencial Curricular para Educação Infantil, a fase de escolaridade que corresponde à Educação Infantil, e podemos incluir também o Ensino Fundamental, é relevante para a formação dos estudantes, pelo fato de os alunos terem os contatos formais com os conteúdos tanto conceituais como procedimentais e, assim, consolidar-se a aprendizagem de hábitos voltados aos aspectos referentes à saúde. Dessa maneira, é possível perceber que os documentos de ensino apresentam orientações para o trabalho com questões relativas à saúde.

Neste estudo, o qual é parte de uma pesquisa mais ampla, temos o objetivo de analisar os documentos de ensino já mencionados quanto às orientações propostas para o trabalho com o tema Alimentação e Nutrição na Educação Básica. Esta investigação fornecerá embasamento teórico para a aplicação de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido em escolas públicas de Londrina, que visa avaliar aprendizagem conceitual e procedimental de alunos submetidos às atividades propostas pelo Programa Saúde na Escola (PSE) do Governo Federal, relativos ao tema "alimentação".

2 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

É consenso entre alguns estudiosos, como Brown e Konner (1987), que no século XX o corpo gordo remetia à imagem de sucesso econômico, influência política e *status*. A partir da década de 1970, conforme Lima-Filho, Oliveira e Watanabe (2009), o desenvolvimento de plantas e as novidades nos meios produtivos levaram à abundância alimentícia. Paralelamente, houve mudanças de valores, e o corpo magro passou a vincular-se à beleza, realização pessoal e erotismo. Além disso, as descobertas científicas passaram a demonstrar que uma alimentação saudável poderia auxiliar na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida.

Considerando tais mudanças conjunturais ocorridas no Brasil, temos acompanhado o surgimento de uma classificação de consumidores de alimentos. Podemos citar indivíduos que se atentam às questões alimentares – compostos pelos preocupados com a estética e pelos que procuram a longevidade – e indivíduos que não dão atenção às questões alimentares.

O planejamento de dietas saudáveis deve incorporar o conceito de "Escolha Inteligente", ou seja, deve considerar a escolha de alimentos e/ou preparações que permitam menor consumo de gorduras e açúcares e aumento na ingestão de frutas, legumes, verduras, grãos integrais, leite, queijo e iogurte desnatados. Deve, ainda, estimular a utilização dos alimentos regionais e locais, pois, além dessa ação de

valorizar a cultura, certamente serão consumidos alimentos mais saborosos e com melhor valor nutritivo (PHILIPPI, 2008).

As pesquisas atuais ressaltam que conhecer e adotar alimentação saudável é uma escolha inteligente que depende da mudança de atitude e comportamento dos indivíduos, que devem ser orientados adequadamente com relação às suas dietas.

Nesse sentido, a educação nutricional pode ser considerada um processo educativo cujo principal objetivo é tornar os sujeitos autônomos e seguros para realizarem suas escolhas alimentares, de forma que garantam uma alimentação saudável e prazerosa, proporcionando, então, o atendimento de suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais.

Apesar de muito se falar da alimentação saudável no contexto biológico, social e cultural, percebemos na literatura poucos trabalhos direcionados a pesquisas realizadas sobre a aprendizagem relativa à nutrição na escola. Neste sentido, a Organização Pan-Americana da Saúde diz que a promoção da saúde no ambiente escolar vem sendo fortemente recomendada por órgãos internacionais (PAHO, 1999).

A adolescência é um período único de desenvolvimento fisiológico, psicossocial e cognitivo, os quais afetam as necessidades nutricionais do adolescente. O manejo nutricional dos adolescentes deve considerar o crescimento rápido, a maturação e as mudanças psicossociais de cada indivíduo (Heald e Gong, 2003).

Os mesmos autores afirmam, ainda, que muitos estudos relacionam situações de doenças clínicas (cardiovasculares, hipertensão, *diabetes mellitus*, doença da vesícula biliar, osteoartrite e câncer de cólon) e obesidade em adultos ao excesso de peso durante a adolescência.

Gazzinelli e colaboradores (2005) e Carmo e colaboradores (2006) concordam que as práticas alimentares adotadas atualmente na adolescência têm sido de dietas ricas em gorduras, açúcares e sódio, com pequena participação de frutas e hortaliças.

Bizzo e Leder (2005), por sua vez, realizaram uma análise geral de programas de saúde escolar de brasileiros e perceberam que pregam a integralidade, mas praticam ações assistencialistas e subdivididas em abordagens isoladas. Associando os resultados dessa análise às propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997a, 1997b), Bizzo e Leder (2005) entenderam que o ensino sobre nutrição é fundamental para a promoção da saúde e deve ter lugar na escola, por isso não pode deixar de compor, criticamente, um plano de ensino. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (1998) aprova ações como essa, pois percebe que crianças maiores de cinco anos, normalmente, se acham excluídas das prioridades estratégicas das políticas oficiais de saúde, mesmo sendo estas biológica, nutricional e socialmente frágeis.

Diante das considerações aqui realizadas, visto que a educação tem significativo papel na educação nutricional de crianças e adolescentes, conforme apontado por autores aqui citados, passaremos, então, a apresentar as orientações de alguns documentos oficiais de ensino para o trabalho na escola com questões que envolvem a alimentação.

3 OS DOCUMENTOS OFICIAIS DE ENSINO E ORIENTAÇÕES PARA ABORDAGEM DO TEMA ALIMENTAÇÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada em 1996; a partir dessa década, as práticas para incentivar a alimentação saudável começam a compor os documentos de ensino. No ano seguinte à promulgação da LDB, foram divulgados alguns dos documentos oficiais de ensino, com base na referida lei e que estão em vigência até o momento. Dentre esses documentos, aqueles que nos apresentam interesse, por abordarem assuntos e orientações didáticas relativas à alimentação, são o Referencial Curricular para Educação Infantil (1998a), os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais 1º e 2º ciclos (1997a), Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências Naturais 3º e 4º ciclos (1997b), os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde (Tema Transversal Saúde) (1998b) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, intitulada Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (2006).

O Referencial Curricular para Educação Infantil –RECNEI (BRASIL, 1998a) apresenta três volumes, nos quais estão organizadas orientações para o trabalho com crianças que frequentam a Educação Infantil, atualmente com idade entre zero e cinco anos. No volume 3, intitulado Conhecimento de Mundo, há menções ao Eixo denominado Natureza e Sociedade. Esse eixo fundamenta os trabalhos com os assuntos que correspondem à disciplina de Ciências no Ensino Fundamental. Esse documento enfatiza a necessidade de que as crianças, desde pequenas, tenham conhecimento sobre assuntos que envolvem, de maneira geral, a saúde e a alimentação.

O RECNEI (BRASIL, 1998a) apresenta os conteúdos para crianças a partir de quatro anos, organizados em blocos. O tema sobre alimentação aparece nos blocos intitulados “Organização dos grupos, seu modo de ser, viver e trabalhar”, “Lugares e suas Paisagens” e “Seres Vivos”. Para abordagem desse tema, assim como para os demais assuntos, o RECNEI (BRASIL, 1998a) aponta que o trabalho nessa fase de escolaridade deve ser bastante lúdico, com brincadeiras, jogos, histórias e também por meio de projetos.

Para os estudos dos aspectos culturais de diferentes povos, os quais são parte dos assuntos tratados na Educação Infantil, o documento propõe que os alunos conheçam tanto os hábitos alimentares de diferentes culturas quanto os alimentos que consomem e também em relação ao seu preparo, bem como os que são consumidos por pessoas em diferentes regiões do Brasil, contemplando o bloco de conteúdo Lugares e suas Paisagens.

No bloco Seres Vivos, o documento se reporta não só aos estudos de plantas e animais, mas também às questões que envolvem o corpo humano, saúde e alimentação saudável, cuidados de higiene com os alimentos. Além disso, nessa fase de escolaridade, a aprendizagem de procedimentos é um dos principais objetivos, por isso os alunos, além de aprender aspectos conceituais sobre os alimentos, aprendem também procedimentos relacionados a como levar frutas para lanche, lavar as mãos e os alimentos antes de comer, ajudar a cuidar da horta da escola e colher as verduras para consumo. Muitas escolas, tanto de Educação Infantil como de Ensino

Fundamental, proíbem que os alunos tragam no lanche guloseimas, como bolachas recheadas, balas, chocolates e outros. Dessa maneira, incentivam práticas, que aqui podemos considerar procedimentos, para alimentação saudável.

Nesse aspecto, nota-se que aprender noções sobre os alimentos já é uma preocupação e também uma proposta que se inicia na primeira fase de escolaridade da criança. Para tanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013a) salientam que práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, controlar esfíncter no âmbito da Educação Infantil são práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos e também atendem o direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas.

No que se refere ao Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a) apresentam fundamentação e orientações didáticas para o trabalho com alunos do Ensino Fundamental. Nesse documento, o ensino é organizado em ciclos de aprendizagem. Assim, o primeiro, 1ª e 2ª séries, e o segundo ciclo, 3ª e 4ª séries, correspondem, atualmente, aos Anos Iniciais, anteriormente ao ensino de nove anos, denominados Séries Iniciais.

O terceiro ciclo, 5ª e 6ª séries, e quarto ciclo, 7ª e 8ª séries, correspondem aos Anos finais do Ensino Fundamental, assim considerados anteriormente às Diretrizes Curriculares Nacionais que instituem o ensino de nove anos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também organizam os conteúdos em eixos. No documento que trata dos assuntos referentes às Ciências da Natureza, o qual aborda as questões que envolvem alimentação, os eixos que organizam os conteúdos são Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde e Recursos tecnológicos.

No 1º e 2º ciclos, alimentação é um tema que pode ser ministrado por meio de investigações em que os alunos possam ter oportunidade de comparar hortas, pomares, para que conheçam a procedência na natureza dos alimentos que consomem. Esses aspectos são tratados no eixo Vida e Ambiente. Propõe-se também que os estudantes aprendam sobre a higiene no preparo das refeições e investigam-se os hábitos alimentares dos estudantes, por observações e entrevistas (BRASIL, 1997a).

Esses aspectos são abordados no eixo Ser Humano e Saúde, no qual os alunos devem ser levados a compreender a saúde como resultante das ações de alimentação, higiene e ausência de doenças.

A abordagem sobre a qualidade dos alimentos e o conhecimento relativo à importância do consumo de alimentos seguros é fundamental para a compreensão dos alunos, pois, de acordo com Valente (2002), a alimentação adequada é um direito do cidadão, enquanto a segurança alimentar e nutricional para todos é um dever da sociedade e do Estado.

As necessidades alimentares do organismo bem como a importância de uma alimentação variada devem, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais 1º e 2º ciclos, ser investigadas, por exemplo, por meio de leituras, levantamentos de informação e sistematização do conhecimento sobre os tipos de alimentos. O documento também sugere que sejam apresentadas as transformações dos alimentos preparados na cozinha doméstica, por exemplo, por meio da experimentação (BRASIL, 1997a).

Segundo Castro e colaboradores (2007), a inovação metodológica no campo das práticas educativas para promoção da alimentação saudável é factível de ser aplicada por meio de uma abordagem dialógica adotada para aprofundamento teórico-reflexivo, e a adoção de estratégias pedagógicas baseadas em dinâmicas de grupo propiciam o encontro do saber técnico-científico com o saber popular, rompendo-se com o modelo tradicional de transmissão e recepção de informações.

No 3º e 4º ciclos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997b), correspondendo à fase do 6º ao 9º ano, para o eixo Vida e Ambiente, o consumo alimentar pode ser organizado, primeiramente, com base em investigações sobre a participação humana nas cadeias alimentares, comparando-se também os diferentes processos de obtenção de alimento pelos seres vivos. Posteriormente a esta etapa, os alunos podem fazer um levantamento dos diferentes hábitos alimentares das pessoas, por meio de entrevistas. Dessa maneira, é possível perceber que esse documento direciona suas orientações para algumas práticas em que os estudantes possam realizar investigações, como entrevistas, pesquisas bibliográficas, o que também favorece a aprendizagem de procedimentos e, assim, um ensino menos livresco e puramente conceitual.

Outro aspecto salientado no documento é a ênfase na leitura dos rótulos de alimentos comercializados e o conhecimento das funções de cada nutriente no organismo, comparação das várias dietas reais ou hipotéticas, reflexão sobre as necessidades e as possibilidades de alimentação em diferentes fases do desenvolvimento. Para envolver as questões sobre tecnologia, o documento orienta que sejam abordadas as diferentes maneiras de conservar os alimentos (BRASIL, 1997b).

Para Triches e Giugliani (2005), para promover hábitos alimentares mais saudáveis e, conseqüentemente, diminuir os índices de obesidade, as pessoas devem ter conhecimentos sobre alimentação e nutrição; dessa forma, o estudo de dietas hipotéticas pelos estudantes irá favorecer a identificação e avaliação dos hábitos dos próprios estudantes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos – também propõem alguns critérios de avaliação para o assunto sobre alimentação. Assim, algumas sugestões apresentadas pelo documento são trabalhar com discussões relativas ao tema, elaborar dieta balanceada para seu próprio consumo, descrevendo o aspecto cultural presente em sua alimentação, explicando a digestão dos alimentos e a nutrição do corpo (BRASIL, 1997b).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde (1998b) (Tema Transversal Saúde) trazem como orientação nos 1ºs ciclos, no que se refere à alimentação, a investigação de hábitos alimentares em diferentes realidades e

culturas, como instrumento de identificação das relações entre dieta, rituais da alimentação e vivência social. As discussões centram-se nas finalidades da alimentação, incluídas as necessidades corporais, socioculturais e emocionais.

É necessário ressaltar que o tema alimentação é considerado como transversal, isto é, não deve ser tratado como uma disciplina, mas, sim, por todas as áreas do conhecimento, buscando conexão entre as disciplinas, sem o caráter disciplinar estanque. A transversalidade é apontada também na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), a qual dispõe sobre o atendimento da educação alimentar nas escolas. O Art. 2º estabelece diretrizes da alimentação escolar, a qual deve perpassar o currículo escolar, abordando práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Além disso, a referida lei salienta a necessidade de promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas. A resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2013b: 03), também aponta a necessidade da inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. A seção 1 desta resolução dispõe sobre as ações de alimentação e nutrição e aponta ser a Educação Alimentar e Nutricional o conjunto de ações formativas, de prática contínua, permanente e transdisciplinar que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. Este mesmo documento considera algumas das práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); dentre outras citadas no documento, estão aquelas que dinamizem os currículos das escolas, tendo por eixo temático o tema alimentação e nutrição; promovam metodologias inovadoras para o trabalho docente; utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

O parágrafo 2º do artigo 13 desta mesma resolução indica que as ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

Outro ponto é quanto ao conceito de uma dieta universal “correta”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde (Tema Transversal Saúde) apontam que deve ser estimulada a construção de um padrão alimentar desejável e compatível com a cultura local, composto a partir dos alimentos ricos em nutrientes próprios de cada realidade. Os hábitos alimentares precisam ser criticamente debatidos em grupos como forma de avaliar a geração artificial de “necessidades” pela mídia e os efeitos da publicidade no incentivo ao consumo de produtos energéticos, vitaminas e alimentos industrializados.

Nesse sentido, as orientações do referido documento apontam para a relevância das discussões atuais quanto ao consumo excessivo de alimentos industrializados, frequentes na dieta de crianças e adolescentes, a qual traz sérios prejuízos à saúde, muitas vezes por não contribuírem com a reposição de nutrientes essenciais ao organismo, além de trazerem calorias em quantidades excessivas. Os produtos

industrializados são mais agradáveis ao paladar e mais cômodos de serem obtidos e transportados. Consideramos que essa discussão deve ser prioritariamente tratada com os alunos, pelo fato de favorecer a prevenção da obesidade e demais doenças causadas pelo consumo exagerado de industrializados.

Referente ao Ensino Médio, tomamos por base o documento intitulado Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Orientações Curriculares Nacionais) (BRASIL, 2006). Este documento apresenta algumas competências relacionadas à aprendizagem de Biologia no Ensino Médio. Discutiremos a seguir algumas das competências que se relacionam à temática Alimentação.

Um dos objetivos pertinentes à Biologia no Ensino Médio é possibilitar ao aluno o desenvolvimento do senso crítico; nesse sentido, é esperado que o aluno possa ter condições de avaliar a procedência da fonte de informação para analisar a pertinência e a precisão dos conhecimentos científicos veiculados no rádio, na televisão, nos jornais, nas revistas e nos livros que se destinam a informar o cidadão ou a induzi-lo ao consumo, quando se tratar de assuntos relacionados, por exemplo, à saúde e alimentos.

Diversos estudos apontam a significativa quantidade de horas que um adolescente passa assistindo TV, veículo de comunicação que acaba sendo um fator que predispõe esse grupo etário ao consumo cada vez mais frequente de lanches e alimentos industrializados (SCN, 2006). Segundo Damiani e colaboradores (2000), tais produtos são apresentados como saudáveis ou simplesmente saborosos, no entanto frequentemente apresentam elevado grau de processamento, com valores nutritivos limitados, contendo, na maioria das vezes, alto teor de energia, elevadas quantidades de gordura, açúcar, colesterol e sal.

Outro ponto a ser considerado é a compreensão das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade relativos à produção de alimentos, como os organismos modificados geneticamente, a resistência às pragas e a obtenção de produtos farmacêuticos, hormônios, vacinas, medicamentos e componentes biológicos, por exemplo. Assim, há ênfase nesses documentos também para discussões sobre os aspectos que envolvem a utilização desses produtos pela população e também a conscientização dos benefícios e prejuízos por eles causados ao ambiente e à saúde humana.

Ao analisarmos a proposta das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (BRASIL, 2006), notamos, assim como ocorre no Ensino Fundamental, que há também o intuito de que os estudantes reconheçam os componentes principais dos alimentos, como os carboidratos, lipídeos, proteínas, minerais, vitaminas e suas propriedades, funções no organismo e suas transformações químicas, além de entender e avaliar os processos de conservação dos alimentos, analisando os diferentes pontos de vista sobre vantagens e desvantagens de seu uso.

Para a formação do aluno em aspectos relativos à saúde e à alimentação, o papel do professor é fundamental. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde (Tema Transversal Saúde) (BRASIL, 1998b) apontam que, na

formação em saúde, o papel mais importante do professor é de motivador, de introduzir problemas presentes, problematizar e orientar discussões, auxiliar os estudantes na busca de informações, apresentar-lhes material de apoio e elaborar estratégias para o trabalho escolar. O mesmo documento enfatiza que o que se pretende não é a existência de um professor especialista ou a formação de alunos que saibam discorrer sobre conceitos complexos, mas um trabalho pedagógico no qual as condições que se fazem necessárias para a saúde, sua valorização e a realização de procedimentos que a favorecem sejam o foco principal (BRASIL, 1998b).

Os documentos ressaltam, desse modo, a necessidade de os professores atribuírem a devida importância aos temas referentes à saúde e proporcionarem aos alunos não apenas um ensino transmissivo e livresco, mas contextualizado, com participação intelectualmente ativa dos estudantes, de maneira a favorecer discussões de problemas reais, concernentes à saúde, para que os estudantes tenham a oportunidade de refletir, aprender procedimentos, atitudes e, assim, desenvolver o senso crítico para a tomada de decisões conscientes e positivas frente às questões que envolvem alimentação e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação das crianças e adolescentes tem sido, na atualidade, um problema muito discutido tanto por profissionais da educação como da área médica, devido aos reflexos na saúde decorrentes dos hábitos alimentares que têm contribuído para o aumento de doenças como obesidade, diabetes, hipertensão, diversas alergias alimentares e outras. A promoção da educação em saúde na escola é apontada como um importante meio para ajudar a intervir de maneira positiva na formação dos alunos, contribuindo para a superação desses problemas.

Vista a relevância da educação para a formação de crianças e jovens quanto aos hábitos alimentares, realizamos neste estudo uma revisão de alguns dos principais documentos oficiais de ensino, quanto às orientações para a abordagem de questões que envolvem a temática Alimentação e nutrição na Educação Básica.

Os documentos apontam direcionamentos para o trabalho com as crianças já na Educação Infantil, passando pelos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. As práticas sugeridas indicam para um trabalho que possibilite ao aluno uma participação ativa frente aos problemas referentes à saúde. Por ser um tema transversal que perpassa áreas do conhecimento como matemática, sociologia, geografia, artes, etc., além da biologia, ressaltamos a necessidade de que os professores atribuam a devida importância à Educação Alimentar e Nutricional, considerando ser este um tema relevante à formação dos estudantes que cursam a Educação Básica. Nesse sentido, este estudo abre portas a futuras investigações sobre a implementação da Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Educação Nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 661-667, set./out. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do programa de alimentação escolar – PNAE. Brasília: DOU, 18 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília: MEC, SEB, 2006 (Orientações curriculares para o ensino médio, v. 2). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Conhecimento de mundo. Brasília: ME/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. 1º e 2º ciclos**. Brasília: MEC, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. 3º e 4º ciclos**. Brasília: MEC, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC, 1998b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: DOU, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014

BROWN, P. J.; KONNER, M. An Anthropological Perspective on Obesity. **The New York Academy of Sciences**, v. 499, p. 29-46, 1987.

CARMO, M. B.; TORAL, N.; SILVA, M. V.; SLATER, B. Consumo de doces, refrigerantes e bebidas com adição de açúcar entre adolescentes da rede pública de

ensino de Piracicaba. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 9, p. 121-30, 2006.

CASTRO, I. R. R. de; SOUZA, T. S. N. de; MALDONADO, L. A.; CANINÉ, E. S.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S. A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição** [online], v. 20, n. 6, p. 571-588, 2007.

DAMIANI, D.; CARVALHO, D. P.; OLIVEIRA R. G. Obesidade na infância: um grande desafio. **Pediatria Moderna**, v. 36, n. 8, p. 489-523, ago. 2000.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação mundial da infância-1998**. Brasília: Unesco, 1998.

GAZZINELLI, M. F.; GAZZINELLI, A; REIS, D. C.; PENNA, C. M. M. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 200-206, 2005.

HEALD, F. P.; GONG, E. J. Dieta, Nutrição e Adolescência. In: SHILS, M.E.; OLSON, J. A.; SHIKE, M.; ROSS, A. C. **Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença**. Barueri: Manole, 2003. p. 919-929.

LIMA-FILHO, D. O.; OLIVEIRA, L. D. S.; WATANABE, E. A. M. Tendências Mercadológicas para o consumo de refrigerantes de baixa caloria. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 80-104, ago./dez. 2009.

OLIVEIRA, C. L. de; FISBERG, M. Obesidade na infância e adolescência – Uma verdadeira epidemia. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 107-108, 2003.

PAHO. Organización Panamericana de la Salud. **Rede Latinoamericana de Escuelas Promotoras de La Salud**. Washington (DC): FAO, 1999.

PHILIPPI, S. T. Alimentação saudável e a pirâmide dos alimentos. In: _____ (Coord.). **Pirâmide dos Alimentos: Fundamentos básicos da nutrição**. Barueri: Manole, 2008. p. 3-29.

SCN. Comitê Permanente de Nutrição do Sistema das Nações Unidas. **Declaração preliminar dos grupos de trabalho sobre Nutrição, Ética e Direitos Humanos e Nutrição ao Longo do Ciclo de Vida**. Brasília: Abrandh, 2006.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 541-547, ago. 2005.

VALENTE, F. L. S. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: _____ (Org.). **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103-136.